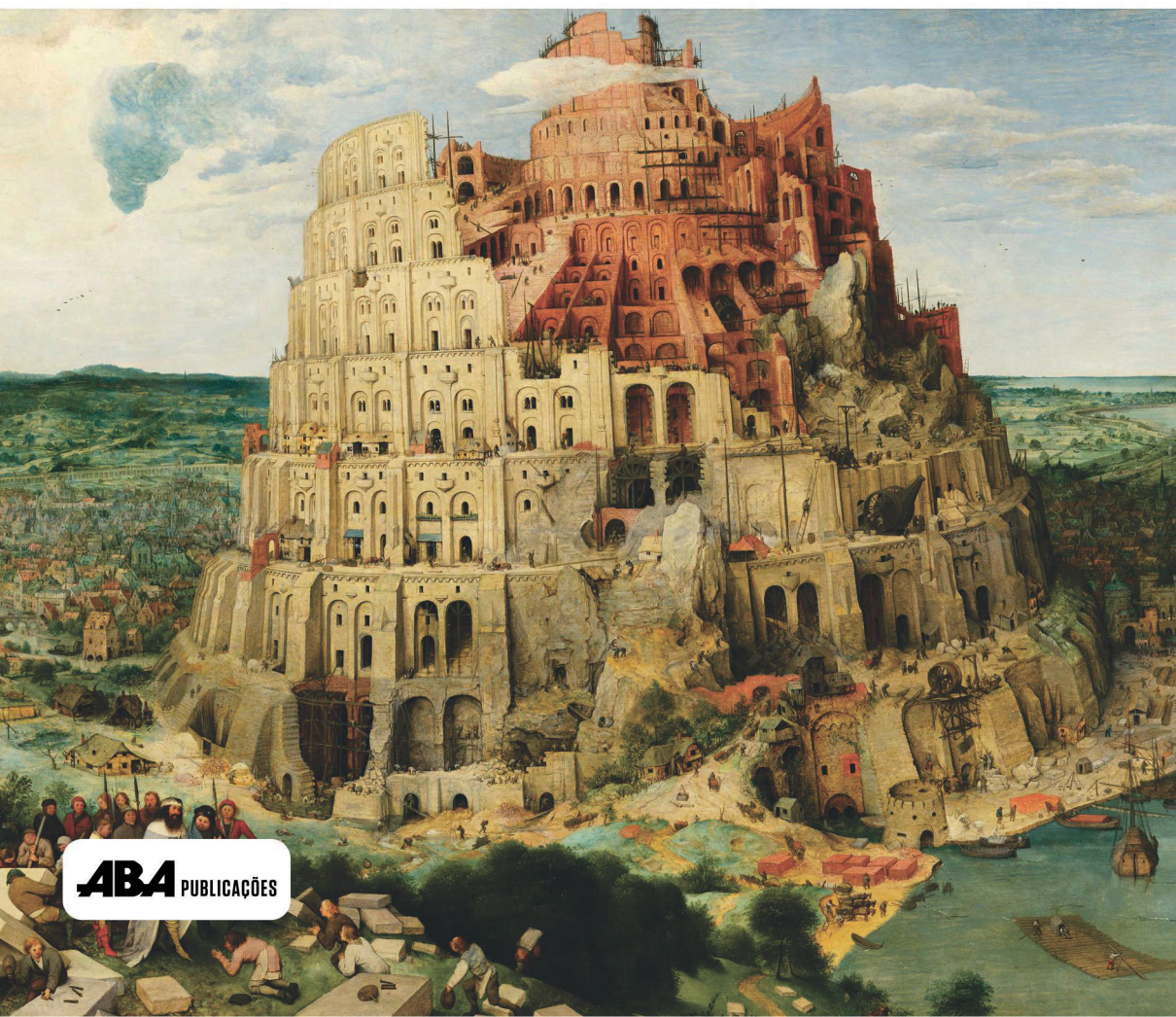


POLÍTICAS ETNOGRÁFICAS NO CAMPO DA MORAL

Theophilos Rifiotis
Jean Segata
(organizadores)



ABA PUBLICAÇÕES

POLÍTICAS ETNOGRÁFICAS NO CAMPO DA MORAL

Theophilos Rifiotis
Jean Segata
(organizadores)

ABA PUBLICAÇÕES

Porto Alegre
2019

ABA Publicações

(2019-2019)

© Todos os direitos reservados aos autores

Comissão de Projeto Editorial

Coordenadora: Laura Moutinho (USP)

Vice-coordenador: Igor José de Renó Machado (UFSCar) e Antônio Carlos Motta de Lima (UFPE)

Conselho Editorial

Andrea Zhouri (UFMG)

Antonio Augusto Arantes Neto (Unicamp)

Carla Costa Teixeira (UnB)

Carlos Guilherme Octaviano do Valle (UFRN)

Cristiana Bastos (ICS/Universidade de Lisboa)

Cynthia Andersen Sarti (Unifesp)

Fabio Mura (UFPB)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPE)

Maria Luiza Garnelo Pereira (Fiocruz/AM)

María Gabriela Lugones (Córdoba/Argentina)

Maristela de Paula Andrade (UFMA)

Mónica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB)

Patrícia Melo Sampaio (UFAM)

Ruben George Oliven (UFRGS)

Wilson Trajano Filho (UnB)

Associação Brasileira de Antropologia - ABA

Presidente: Maria Filomena Gregori (UNICAMP)

Vice-presidente: Sérgio Luís Carrara (UERJ)

Secretária geral: Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ)

Secretário adjunto: Luiz Eduardo de Lacerda Abreu (UnB)

Tesoureiro geral: Luiz Eduardo de Lacerda Abreu (UnB)

Tesoureira adjunta: Izabela Maria Tamasso (UFG)

Diretores/as: Angela Mercedes Facundo Navia (UFRN),

Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UFRR), Patrice Schuch (UFRGS),

Patricia Silva Osorio (UFMT)

Organização

NEAAT

Núcleo de Estudos Animais, Ambientes e Tecnologias

LEVIS

Laboratório de Estudos da Violência

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - UFSC

Coordenação: Theophilos Rifiotis (UFSC)

GEMMTE

Grupo de Estudos Multiespécie, Microbiopolítica

e Tecnossocialidade

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - UFRGS

Coordenação: Jean Segata (UFRGS)

GrupCiber

Grupo de Pesquisas em Ciberantropologia

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - UFSC

Coordenação: Theophilos Rifiotis (UFSC)

Revisão e normalização: Fernanda Cardozo (PPGAS-UFSC)

Diagramação: Osmair José Pereira

Capa: "Torre de Babel", óleo sobre tela de Pieter Bruegel (1563).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Políticas etnográficas no campo da moral [recurso eletrônico] / Theophilos Rifiotis, Jean Segata, organizadores. – Porto Alegre : UFRGS, 2018.
260 p.

Requisitos do sistema: Adobe Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

ISBN: 978-85-66094-42-8

1. Etnografia. 2. Moral. 3. Vitimização. 4. Política. 5. Antropologia. I. Rifiotis, Theophilos. II. Segata, Jean. III. Título.

CDD 305.8

Catalogação na publicação: Poliana Sanchez de Araujo – CRB 10/2094

APRESENTAÇÃO

antropologia e moral

Theophilos Rifiotis

Universidade Federal de Santa Catarina

Jean Segata

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Políticas Etnográficas é o título de uma série de publicações que procuram fazer eco aos debates atuais da antropologia. Nosso primeiro volume foi dedicado ao campo da cibercultura (Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura, 2016) e segundo, à ciência e às tecnologias da vida (Políticas Etnográficas no Campo da Ciência e das tecnologias da Vida, 2018). Agora, vem somar-se a esta série um conjunto de estudos no campo da moral. O projeto destes volumes é o de trazer para o debate distintas perspectivas teóricas e empíricas sempre com o objetivo de cartografar as políticas etnográficas que se inscrevem no campo e de destacar a pluralidade de eleições etnográficas que fundamentam os distintos modos de conduzir e de produzir a etnografia. Assim, seguimos procurando contribuir com o vasto projeto de renovação da antropologia, explicitando, desta vez, as controvérsias em torno do estudo antropológico das moralidades e consolidando uma agenda de pesquisa em torno das políticas etnográficas em jogo no fazer antropológico contemporâneo.

A presente coletânea traz oito trabalhos que contemplam uma parte significativa do mapeamento que realizamos no campo da moral. Trata-se de um conjunto necessariamente heterogêneo, sem qualquer outra pretensão além de trazer para o/a leitor/a os debates atuais sobre moralidades e as estratégias de pesquisa adotadas em cada caso particular. Não há, portanto, intenção outra que a da pluralidade, privilegiando os aspectos controversos e as opções construídas em cada uma das contribuições aqui apresentadas.

Neste Políticas Etnográficas no Campo da Moral, temos a honra de iniciar com o trabalho seminal de Roberto Cardoso de Oliveira para o campo dos estudos antropológicos sobre moralidade e ética no Brasil: “Antropologia e moralidade: etnicidade e as possibilidades de uma ética planetária”. O autor problematiza a moralidade como um campo próprio para a investigação an-

tropológica e discute os seus fundamentos. Ele inicia o desenvolvimento do seu argumento com uma abordagem conceitual da moralidade, destacando a potencialidade de uma abordagem interdisciplinar e mostrando como o conceito pode ser relevante para a pesquisa etnográfica. Seus argumentos partem de uma base empírica da etnologia e buscam problematizar os atravessamentos da etnicidade emergente no final do século passado com políticas nacionais. Tais reflexões, por sua vez, apontam para a “possibilidade de uma ética válida em escala planetária”. O texto defende uma ética da responsabilidade envolvente, quer dizer, não limitada aos estados nacionais e a suas instâncias governamentais, mas relativa a um regime ético no qual todos os cidadãos estariam envolvidos, sendo essa a única possibilidade de termos políticas indigenistas que sejam mais do que matéria de investigação e reflexão. Essa é qualificada pelo próprio autor como “uma perspectiva pouco comum à antropologia” – e, para nós, expressa o desenvolvimento de uma verdadeira política etnográfica no campo da moral, motivo pelo qual merece o nosso reconhecimento como um marco teórico e político para a Antropologia.

Considerando o primeiro capítulo um desenho de lugares da Antropologia no campo da moral, o segundo tensiona os limites da sua potência analítica nos argumentos de Didier Fassin no texto intitulado “Além do bem e do mal? Questionando o desconforto antropológico com a moral”. Ele nos propõe uma reflexão no sentido da superação de uma perspectiva perdular dominante entre uma abordagem crítica dos modelos morais na Antropologia, defendida emblematicamente por Roy d’Andrade, e aquela da “primazia da ética”, de Nancy Scheper-Huges. O argumento de Didier Fassin toma como ponto de partida a extensão da moral e a imprecisão conceitual que domina o debate, oscilando entre uma “objetividade antropológica” e a responsabilidade política dos/as antropólogos/as tomada como ética. Para tanto, ele retoma a noção de “economia moral”, desenvolvida pelo historiador Edward Palmer Thompson, e que trouxe para o primeiro plano os sentidos do “intolerável”, da “dignidade”, da demanda por “reconhecimento”, os julgamentos do que é “certo” e do que é “errado”, como motores fundamentais das condutas sociais. Indo mais além na sua abordagem sobre as “economias morais” e seus atravessamentos na pesquisa antropológica, Didier Fassin defende radicalmente que “não há exterioridade social da moral”, provocando-nos a problematizar o que ele chama de “desconforto antropológico com a moral”. O autor procura mostrar que se trata de uma questão com potencial heurístico, trazendo como proposição o desenvolvimento de uma “antropologia moral” indissociável de uma antropologia política.

Sabemos que a noção de “economia moral” e sua dimensão política são centrais no pensamento de Didier Fassin – e, por essa razão, optamos por tradu-

zir também um texto no qual ele trabalha exaustivamente essa noção. A revisão crítica que Didier Fassin nos propõe começa com o reconhecimento do lugar de destaque que deve ser atribuído a Edward Palmer Thompson na introdução da moral como campo de estudos históricos e sociológicos. Ao historicizar a noção de economia moral, D. Fassin nos coloca frente a uma situação paradoxal em relação ao modo como se desenvolveu a incorporação da noção de economia moral nas ciências sociais. Concretamente, se hoje ela é central nos trabalhos de diferentes autores, isso não se deu de modo uniforme e homogêneo. Essa centralidade deve ser situada num complexo movimento de reconhecimento da contribuição de Thompson: de um lado, pela afirmação de seu potencial analítico; e, de outro, pelo fato de ela ter sido ignorada por outros autores para ser posteriormente redescoberta. Para desvendar os caminhos que a noção percorreu, D. Fassin traz um amplo leque de contribuições para mostrar como a moral entra no campo antropológico. Ao visitar os clássicos de B. Malinowski, M. Mauss, até J. Scott, L. Daston e A. Honneth, dentre outros, o texto nos possibilita reconstruir um mosaico que se formou para chegarmos à centralidade do campo da moral. Esse esforço conceitual ultrapassa em muito a colonização de um campo, abrindo espaço para uma noção em devir.

No capítulo seguinte, temos uma contribuição de Luís Roberto Cardoso de Oliveira que nos remete aos interrogantes da relação entre moral e eticidade a partir de uma revisão teórica atravessada pela análise etnográfica. A riqueza do viés proposto pelo autor reside na problematização sobre a possibilidade de fundamentarmos as questões éticas e/ou morais e as contribuições da etnografia nesse campo de estudo. Assim, o ensaio traz uma discussão sobre a universalidade das normas morais e a potência do estudo das eticidades particulares. Iniciando com uma revisão do campo da “ética do discurso” – referenciada na obra de J. Habermas, passando pelos trabalhos de K.-O. Apel –, o autor procura mostrar suas “limitações para a compreensão das manifestações empíricas do fenômeno”. Ele repassa igualmente a análise de textos clássicos da antropologia de M. Mauss, B. Malinowski e M. Gluckman sobre o caráter obrigatório da norma. Luís Roberto Cardoso de Oliveira propõe incorporar nesse debate as noções de legitimidade e equidade como estratégia para resgatar a fecundidade da ética do discurso, especialmente nos estudos etnográficos. Finalmente, o capítulo apresenta dois casos etnográficos que têm lugar em práticas de gestão de conflitos discutidas a partir do resgate da noção de equidade e que possibilitam a elaboração de bases para a perspectiva defendida pelo autor sobre eticidades concretas.

Entendemos que os estudos sobre moralidade e ética não podem prescindir de uma revisão histórica e etnográfica que comportem a problematização

da noção de vítima. Por essa razão, trazemos o texto de Yannick Barthe, que contribui para aprofundarmos a nossa compreensão acerca da vitimização. O capítulo começa pelo estabelecimento das bases coletivas da vitimização; e, para tanto, o autor sugere trazer para o primeiro plano a noção de “vitimizadores”, designando agentes interessados num “problema” e que atuam na sua denúncia. Desse modo, para Y. Barthe a vitimização poderia ser definida como um encontro entre vitimizadores e as potenciais vítimas ligadas a um “problema”. A vitimização seria uma experiência pessoal que faz parte de um movimento agonístico em que as disputas por reconhecimento são complexas e mesmo paradoxais, pois o próprio autorreconhecimento não dependeria exclusivamente dos sujeitos-vítimas, apesar de ser um processo reflexivo. A vitimização depende dos embates na cena pública pela disputa em torno de se nomearem as vítimas, do seu reconhecimento social e mesmo do convencimento delas mesmas a respeito da sua condição de vítima. A sistematização sobre a vitimização é realizada a partir do exame de situações particulares que nos permitem avaliar a potência analítica da proposta apresentada.

No capítulo seguinte, em “Sofrimento situado: memória, dor e ironia”, Claudia Fonseca desenvolve uma reflexão sobre a relação entre política e sentimento a partir de relatos de sujeitos atingidos pela hanseníase no norte do Brasil. Em diálogo com a lógica humanitária, tal como a desenvolveu D. Fassin, a autora analisa os relatos daqueles sujeitos e o lugar do sofrimento como estratégia política. E, num segundo momento, em interações cotidianas entre os próprios interlocutores da pesquisa, ela procura descrever os efeitos dessa estratégia para as “subjetividade políticas” das próprias vítimas. Trata-se de explorar o “império do trauma”, como tematizado por Didier Fassin e Richard Rechtman, como uma nova linguagem política. Assim, num texto eminentemente etnográfico, Claudia Fonseca nos coloca no cenário das disputas políticas e também de interações corriqueiras, resgatando relevantes diferenças entre a cena pública e os “bastidores” da exposição do sofrimento. Ela nos apresenta a incontornável necessidade de trazer para a análise a “inteligência reflexiva” dos interlocutores da pesquisa, o que nos colocaria frente a uma dupla noção de contexto: de um lado, uma contextualização em termos históricos e geopolíticos; e, de outro, uma contextualização relacionada com as condições imediatas de vida dos interlocutores da pesquisa. Fazendo um paralelo com trabalho de Adriana Petryna sobre a “cidadania biológica” dos sobreviventes do conhecido desastre nuclear de Chernobil, ela destaca a necessidade de atravessarmos para a outra margem analítica, que seria a de uma “contextualização nativa”, a qual nos interrogaria sobre o próprio lugar da pesquisadora frente às experiências de um “sofrimento situado”.

Em “Uma epidemia sem fim: zika e mulheres”, Debora Diniz e Luciana Brito trazem um estudo etnográfico cujo foco predominante é o que poderíamos chamar de dimensão vivencial dos sujeitos. As autoras trazem um rico resgate de histórias de mulheres sobre as suas experiências de maternidade num cenário de epidemia de zika no estado de Alagoas. Elas nos mostram como essas histórias foram atravessadas por políticas públicas e saberes biomédicos que relatam distintos modos de enfrentamento diante do “medo de engravidar”. As políticas públicas de saúde, políticas da vida, são objeto de reflexão das próprias mulheres em situação de terem filhos diagnosticados como afetados pela síndrome congênita da zika. Somam-se a elas aquelas mulheres cujos filhos apresentam sinais da síndrome e inclusive aquelas cujos filhos não foram afetados. São mulheres cujas experiências silenciadas pelas estatísticas mostram a dimensão vivencial da epidemia, que continua nos corpos e nas memórias. Em outros termos, trata-se de um “repovoamento” etnográfico fundamental para a análise das políticas da vida envolvidas na epidemia da zika. São relatos etnográficos que elegem analisar as políticas públicas numa perspectiva que faz um vaivém entre o dispositivo materno e a narrativa científica. Histórias de mulheres que reduziram a fecundidade pelo medo da zika, de mulheres que entregaram seus filhos com deficiência, e os seus atravessamentos tensionados pelo cuidado com seus filhos. A qualidade do cuidado materno, a “boa mãe”, aparece como um julgamento, colocando em suspeição a mulher quando a criança morre e levantando “suspeitas sobre a qualidade do cuidado oferecido pela mãe enlutada – ser uma boa mãe, engajada nas estimulações diárias, dedicada à alimentação, atenta aos remédios e aos efeitos colaterais”. São discursos que as próprias mulheres impõem umas às outras, consolidados pelos profissionais de saúde como a garantia de melhor prognóstico ao desenvolvimento da criança e traduzidos em julgamentos morais invisíveis fora de uma deliberada escolha etnográfica.

No último capítulo desta coletânea temos uma reflexão sobre o acontecimento que ficou conhecido como “incêndio da boate Kiss”, ocorrido em 2013 na cidade de Santa Maria e que causou mais de 240 mortes. Ceres Victora e Monalisa Dias de Siqueira, inspiradas por Veena Das sobre a relação entre o ordinário e o extraordinário, dedicaram-se à análise daquele acontecimento não em suas possíveis causas, mas escolhendo exatamente a transformação em “excepcional” de um tipo de evento que se reproduz de maneira mais ordinária do que deixa transparecer a sua evocação como uma “rara tragédia”. Como sublinham as autoras, “o ordinário existe dentro do excepcional e vice-versa, estando o potencial de transformação de um no outro sempre presente”. Ao

adotar essa abordagem, elas nos procuram mostrar a construção do “extraordinário”, destacando o lugar da moral e das emoções na transformação dos sentidos do evento em acontecimento. Elas trazem para a sua análise os movimentos e organizações que se formaram em torno dele e da vitimização produzida, destacando a recusa daqueles movimentos aos discursos e julgamentos formulados em torno da ideia de “fatalidade”, “incidente” ou “acidente”, considerados por eles “enganosos e ofensivos”. Para esses movimentos, trata-se de “massacre”, “assassinato coletivo” – e assim o evento deve ser considerado para que as suas reivindicações por “justiça” tenham o devido reconhecimento. A construção social do acontecimento, para eles, teria de passar pelo reconhecimento dos 242 mortos como “vítimas” e pela condenação de seus “assassinos”, que seriam não apenas os proprietários do estabelecimento onde ocorreu o incêndio, mas também os bombeiros, os serviços de fiscalização e a própria Prefeitura da cidade. Nessa construção, somam-se ainda os “incompetentes” do Sistema de Justiça, que não responsabilizaram nem puniram adequadamente todos os “culpados”; e ainda os “coniventes”, representados pelo Ministério Público e pelos vereadores da cidade, que não cumpriram o seu papel na promoção da “justiça”. O argumento central do capítulo passa pela afirmação de que o reconhecimento de que se fez “justiça” somente se realizaria com a ampliação do escopo de agentes que moldaram os sentidos do acontecimento e que concomitantemente se forma um movimento político.

Finalmente, cabe ressaltar que este livro não teria sido possível sem o envolvimento de muitas pessoas e instituições. Não cabe nomear a todas e todos aqui - são anos de desenvolvimento de projetos com idas e vindas, pessoas que chegam e outras que vão. Mas é preciso destacar que os seminários “Mapeando Controvérsias Contemporâneas”, de onde se origina o projeto dos livros “Políticas Etnográficas”, têm recebido apoio do CNPq e da CAPES por meio de seus editais de apoio a eventos. Isso vem tornando possível o encontro de pesquisadores e pesquisadoras de diversas instituições do Brasil e do exterior. Desde a primeira edição, já reunimos parcerias com a UFRN, a UFBA, a UNILAB, a UFMG, a UnB, a USP, a Unicamp, a UFRJ, o Bom Jesus IELUSC no Brasil, mas também a Université de Paris X - Nanterre, o Laboratoire d’Anthropologie Sociale e a École des Hautes Études en Sciences Sociales (França), a Universidade de Lisboa (Portugal), o King’s College (Inglaterra), a Universidad Nacional de San Martín e a Universidad de Buenos Aires (Argentina) e a Brown University e o Massachusetts Institute of Technology - MIT (Estados Unidos). A UFSC e a UFRGS tem sediado os encontros desde 2013. Na UFSC, o apoio do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e do Centro de Filosofia e Ciências Humanas têm sido fundamental. Também

o envolvimento dos pesquisadores do Grupo de Pesquisas em Ciberantropologia - GrupCiber e do Laboratório de Estudo das Violências - LEVIS, ambos coordenados pelo Prof. Theophilos Rifiotis, tem sido essencial. Na UFRGS, merece destaque o apoio do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e os pesquisadores do seu Núcleo de Estudos Animais, Ambientes e Tecnologias - NEAAT e do Grupo de Estudos Multiespécie, Microbiopolítica e Tecnossocialidade - GEMMTE, ambos coordenados pelo Prof. Jean Segata e do grupo de pesquisas Espelho Animal coordenado pelo Prof. Bernardo Lewgoy. Também coordenada pelo Prof. Bernardo Lewgoy, tem sido fundamental a participação da Rede Animalia, sediada no Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados, igualmente apoiador deste projeto. A todos e todas, nosso muito obrigado com os votos de continuidade e expansão dos Seminários Mapeando Controvérsias Contemporâneas e dos volumes das Políticas Etnográficas.